



Universidade de Brasília

Instituto de Ciências Humanas

Departamento de História

Os liberais e as oposições na Era Vargas (1930-1945)

Lucas Maia Felipe Bacas

Brasília

2013

Lucas Maia Felipe Bacas

Os liberais e as oposições na Era Vargas (1930-1945)

Monografia apresentada ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília como requisito da disciplina Dissertação em História, sob a orientação da professora Dra. Ione Oliveira

Banca Examinadora

Professora Dra. Ione Oliveira (Orientadora) – HIS/UnB

Professora Dra. Léa Maria Carrer Iamashita – HIS/Faculdade JK

Professora Dra. Diva do Couto Gontijo Muniz – HIS/UnB

Dezembro de 2013

Sumário

RESUMO.....	4
INTRODUÇÃO.....	5
1. OS PROJETOS DE REVOLUÇÃO (1930-1937).....	8
2. ENTRAM REPRESSÃO E CENSURA, SAEM ATORES (1937-1942).....	18
3. A VOLTA DOS LIBERAIS E O FIM DO ESTADO NOVO (1942-1945).....	28
CONCLUSÃO.....	38
FONTES.....	41
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	41

Resumo

Em meio ao período pós-revolucionário de 1930, verificamos vários choques entre grupos políticos distintos, que inicialmente estavam unidos na causa da Revolução de 30. O conflito entre os autoritários simpatizantes do tenentismo e os liberais democráticos ditou parte das regras do jogo na arena política brasileira durante toda a década de 1930 e no período de redemocratização, com a consequente derrubada de Vargas, em 1945. Importante nos pareceu pesquisar quem eram esses liberais e quais eram suas ideias. O conhecimento sobre esses atores serviu de instrumento para separar o ‘liberal’ do ‘autoritário’. Contrapondo a estrutura autoritária, limitadora da participação política do cidadão, com a defesa dos liberais, amparados na volta dos direitos políticos, chegamos às ações de alguns dos opositores do Estado Novo, a saber: Antônio Carlos de Andrada e Virgílio de Melo Franco. Os dois políticos foram expoentes liberais e contribuíram para a formação do grupo que se aglutinou como uma frente de oposição ao governo ditatorial de Vargas, em 1945 a União Democrática Nacional.

Palavras-chave: Liberais, Autoritários, Antônio Carlos de Andrada, Virgílio de Melo Franco

Introdução

Durante a Era Vargas (1930-1945), observamos a existência de vários grupos simplesmente influenciando ou participando da condução do poder: uns apoiavam, outros faziam oposição ao chefe do Poder Executivo, Getúlio Vargas. Com a Revolução de 30, seguida do estabelecimento do Governo Provisório, foram feitos vários esforços para estruturar um Estado centralizado sob a liderança de Vargas. Esse novo ideal centralizador provocou diversas tensões nas relações entre os “revolucionários” e o líder do governo, além de evidenciar o caráter heterogêneo dos interesses políticos dos participantes nos acontecimentos em 1930.

O autoritarismo centralizador do presidente, apoiado por tenentes, políticos e intelectuais, em oposição aos projetos de caráter liberal e descentralizador, foram os elementos que ditaram a dinâmica das disputas políticas no período entre 1930 e 1937. A Revolução Constitucional de 32, assim como a luta pela hegemonia na Assembleia Nacional Constituinte de 1934, foram representações das relações entre centralizadores, intervencionistas e autoritários, por um lado, e regionalistas e liberais, por outro lado. A interrupção do processo de centralização, com a aprovação da Constituição de 1934, ocasionou o surgimento de mais grupos nesse confronto político.

Sob a vigência da Constituição de 1934, as atuações dos tenentes dissidentes de esquerda, filiados ao Partido Comunista do Brasil (PCB) e organizados em torno da Aliança Nacional Libertadora (ANL), e dos integralistas, militantes da Ação Integralista Brasileira (AIB), foram importantes peças na elaboração de um “novo” Estado autoritário e centralizado na figura de Vargas. O golpe de 1937 trouxe consigo o rompimento com alguns dos ideais revolucionários de 30, que pelas suas características diversificadas, não conseguiram harmonizar uma coalizão governamental. A vitória dos autoritários, mais próximos ao chefe de governo, através do golpe, representou o fim desse primeiro *ato* da Era Vargas.

Com o estreitamento da repressão e da censura, somados à exclusão dos direitos políticos e à proibição de organizações partidárias, surgiram inicialmente, entre os estudantes de direito de São Paulo, focos da oposição liberal ao governo. Eles pediam a volta dos direitos democráticos – retorno das eleições e volta dos partidos. Tendo que lutar contra os órgãos de repressão e de propaganda, cujo poder de penetração se observava desde a elite até os trabalhadores, a oposição ao Estado Novo teve pouco espaço nesse primeiro momento.

Contudo, a entrada do país na Segunda Guerra Mundial ao lado dos Aliados, aqueles a quem se atribuíam os valores democráticos e de liberdade, se traduziu no aumento da pressão em prol da descentralização e democratização do país. Utilizando como argumento base o posicionamento brasileiro no conflito ao lado dos defensores da democracia, os liberais se articularam para a criação de uma frente contra o autoritário Vargas que fosse capaz de derrubar o Estado Novo e garantir o retorno aos direitos políticos. Isto é, os liberais se organizaram para construir um movimento amplo em favor da volta das eleições livres, do direito ao voto, da liberdade dos partidos políticos e de expressão – enfim, da democracia representativa.

É nesse contexto que o trabalho se apresenta: um esforço para identificar alguns desses liberais contrários ao Estado Novo e suas experiências, desde o período de suas atuações em 1930 até o momento da formação da União Democrática Nacional (UDN), em 7 de abril de 1945. Portanto, o objetivo do trabalho é identificar e produzir uma reflexão sobre os ideais e as vivências desse grupo e suas formas de se opor ao Estado Novo. Utilizamos o material biográfico de dois expoentes liberais, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada e Virgílio de Melo Franco, com a finalidade de buscar em suas histórias políticas as motivações para se oporem a Vargas. Os nomes foram escolhidos pela importância que tiveram desde Revolução de 30 até a fundação da UDN.

Fazendo uso de uma definição – entre as várias existentes – do conceito de liberal, atribuímos ao liberal o caráter de defensor do direito de manifestação individual.¹ Procuramos contrapor ao ideal desses políticos contrários a Vargas o conceito de autoritário como antidemocrático², para enfim chegarmos a algumas conclusões.

A estrutura do trabalho se divide em três capítulos, utilizando como referência o recorte proposto por Maria Helena Capelato sobre o governo Vargas dos anos de 1930 e 1940.³ O primeiro capítulo abrange a temporalidade de 1930 a 1937, por terem sido anos de muitas indefinições, devida à existência de mobilizações sociais em torno de diversos projetos

¹ BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010, p. 690.

² BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010, p. 94-104.

³ CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 112-113.

para a sociedade brasileira. Abordaremos os principais projetos da Revolução de 30, o conflito entre liberais e intervencionistas. Enfatizaremos o papel do estado de Minas Gerais nas políticas governamentais do período, pela relação com os dois políticos escolhidos, por serem ambos mineiros. Também serão enfatizadas as relações iniciais entre os liberais e Vargas, em meio à presença de integralistas e comunistas num contexto de instabilidade política.

O capítulo seguinte define o autoritarismo, num momento de privação da liberdade política e de expressão. Apresenta as estruturas repressoras que legitimam a categorização do Estado Novo como um regime autoritário, com notada ausência dos liberais na cena política montada em torno de Vargas. Trata também do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e dos órgãos responsáveis pela manutenção e legitimação do governo. O período aqui compreendido vai de 1937 até o início de 1942, que representa a ausência de uma oposição efetiva, pois apenas estudantes e intelectuais procuravam atacar o Executivo, comandado por Vargas.

O último capítulo disserta sobre o ressurgimento dos atores políticos contrários ao Estado Novo, responsáveis por disseminar, junto à opinião pública, manifestos e comícios contra o regime autoritário durante a Segunda Guerra Mundial. Nesta parte analisamos duas fontes primárias: o ‘Manifesto do Povo Mineiro’ e a entrevista de Antônio Carlos de Andrada, à revista **Diretrizes**. Ambas foram utilizadas como forma de delimitar o ideário desses liberais, suas críticas ao governo autoritário do Estado Novo e a influência deles na formação da UDN, o maior partido político adversário de Vargas desde o fim do Estado Novo até seus últimos dias de vida, em 1954. O período aqui compreendido vai de 1942 até o golpe que tira Getúlio do poder, em 1945. Por fim, são apresentados os resultados obtidos com a elaboração do trabalho, assim como algumas conclusões a respeito do objeto de estudo e de sua importância no contexto apresentado.

1 – Os projetos de Revolução (1930-1937)

No dia 3 de novembro de 1930, Getúlio Vargas assumiu a chefia do governo brasileiro, após um golpe de Estado que derrubou o presidente Washington Luís e impediu a posse de seu sucessor, Júlio Prestes. Com a queda da ordem jurídica constituída até então, o novo governo iniciou um processo de combate à política das oligarquias liberais da Primeira República. Vargas editou medidas que apontavam para uma tentativa de centralização do país e esse projeto representou um conjunto de ideias contrárias ao federalismo descentralizado oligárquico, marcado pelo Constituição de 1891.

Sua chegada ao poder somente foi possível através da participação de diversos grupos políticos contrários à manutenção dos oligarcas paulistas no poder, que se aglutinaram em torno da Aliança Liberal. A Aliança possuía um caráter heterogêneo, que se traduzia nas motivações de seus componentes: abrigava desde opositores sistemáticos ao regime até ex-presidentes e ex-governadores da Primeira República insatisfeitos com a hegemonia paulista.⁴

Os chamados “oligarcas dissidentes”, representados por lideranças como Artur Bernardes, Olegário Maciel, Eptácio e João Pessoa e o próprio Vargas, se manifestaram contrários ao encaminhamento da sucessão presidencial organizada por Washington Luís, cujo interesse era eleger como seu substituto o paulista Júlio Prestes.⁵ Entre esses dissidentes também estava Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, presidente do estado de Minas Gerais entre 1926 e 1930.

Na visão dessas lideranças políticas, a função do arranjo político era interferir na manutenção do poder de São Paulo sem modificar a política cafeeira, o modelo eleitoral e a autonomia estadual. Nas palavras de Antônio Carlos, a Aliança Liberal era um “movimento cívico que propugnava para a soberania popular o livre exercício do direito de escolha do supremo magistrado da nação”.⁶

Além dos oligarcas dissidentes, a Aliança contou com o apoio de políticos que eram favoráveis a reformas no sistema político e a um modelo de justiça social. Virgílio de Melo

⁴ PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 16.

⁵ Idem.

⁶ BELOCH, Israel; ABREU, Alzira Alves de (orgs.). **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930**. Rio de Janeiro: FGV, 1984, v. 1, p. 638.

Franco, João Neves da Fontoura, Pedro Ernesto e José Antônio Flores da Cunha compunham esse grupo. Outra participação importante na Aliança Liberal foi a presença dos chamados “tenentes rebeldes”. Os tenentes formavam um grupo de:

“[...] jovens oficiais do Exército que, a partir do início da década de 1920, tentava, através das armas, derrubar o regime em vigor desde 1889. Defendendo a educação pública obrigatória, a reforma agrária, a adoção do voto secreto, os tenentes se definiam como antioligárquicos e propunham um novo lugar para o Exército na sociedade brasileira.”⁷

A dificuldade para a formação da Aliança Liberal foi aglutinar lideranças políticas díspares e até ferrenhos opositores, como Artur Bernardes e os representantes dos movimentos tenentistas de 1922 e 1924. O grupo de políticos civis, com menos experiência no campo decisório em relação aos oligarcas dissidentes, serviu de intermediário. Virgílio de Melo Franco, deputado estadual mineiro entre 1922 e 1930, foi um dos que participaram ativamente da formação da frente eleitoral e trouxe para a Aliança Liberal o apoio de tenentes como Siqueira Campos, Juarez Távora, Eduardo Gomes.⁸

A Aliança reunia propostas de reforma no sistema político, econômico e social e aspirava chegar ao poder pela via eleitoral. Entre as propostas estavam: anistia para os perseguidos e presos políticos, incluindo boa parte dos tenentes revolucionários; defesa dos direitos sociais, como jornada de trabalho fixada em oito horas, além de férias e regulamentação do trabalho feminino e de menores; e diminuição das disparidades regionais.⁹ Alguns políticos civis, alinhados aos tenentes, também defendiam uma diversificação na economia.

Entretanto, o poder eleitoral dos grupos liderados por São Paulo permanecia forte e a chapa Getúlio Vargas-João Pessoa perdeu as eleições presidenciais de março de 1930. Com a derrota, os aliancistas optaram pela realização de um movimento armado para derrubar o governo de Washington Luís e assumir o poder.

⁷ PANDOLFI, Dulce Chaves. **Os anos 1930: as incertezas do regime**. Op. cit., p.16.

⁸ Pela afinidade que tinham com as ideologias tenentistas, esses intermediários acabaram sendo denominados de “tenentes civis”. BELOCH, Israel; ABREU, Alzira Alves de (orgs.). **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930**. Rio de Janeiro: FGV, 1984, v. 2, p. 1.360.

⁹ PANDOLFI, Dulce Chaves. **Os anos 1930: as incertezas do regime**. Op. cit., p. 16.

No dia 3 de novembro, Getúlio assumiu o cargo de presidente da República, em caráter provisório. De imediato foram fechados o Congresso Nacional, as assembleias estaduais e municipais, além da deposição dos presidentes dos estados. A carta constitucional de 1891 foi revogada e Vargas passou a governar o país através de decretos.

Com a chegada ao poder, os membros da Aliança Liberal começaram a divergir sobre o rumo político para o país, o que evidenciava a pluralidade de propostas da frente política. Enquanto os dissidentes dos estados mais fortes da federação, localizados no Sudeste e no Sul do país, defendiam propostas de ampliação do federalismo e menor intervenção do Estado, o mesmo não ocorria com os tenentes e lideranças políticas dos estados do Norte e Nordeste brasileiros.

Um grupo ligado aos tenentes se mostrou a favor de um regime forte e apartidário, além de um modelo estatal centralizador e nacionalista. Tinham como propostas, a exploração estatal do petróleo, instalação de uma siderúrgica nacional, nacionalização das minas e demais recursos naturais e estatização de núcleos fundamentais da infraestrutura econômica.¹⁰ Afinados com esse projeto, estavam os estados do Norte e Nordeste brasileiros. Por se sentirem prejudicados pelo federalismo exacerbado da Constituição de 1891, desejavam um Estado mais intervencionista e centralizado. Apoiado pelos tenentes autoritários, o novo governo passou a utilizar mecanismos políticos capazes de garantir a modernização e centralização do país. Para tal, o sistema de Interventoria nas unidades federativas foi colocado em prática. Os interventores eram homens de confiança de Vargas, sendo vários oriundos ou ligados ao grupo dos tenentes. Por meio deles, o presidente buscava substituir as lideranças regionais eleitas, subordinando assim os estados ao poder central. Outro mecanismo utilizado pelo Governo Provisório para intervir na dominação das oligarquias regionais foi o apoio dado à criação de uma organização política: a Legião de Outubro.

Em Minas Gerais, Olegário Maciel fora eleito em outubro de 1930 e permaneceu no executivo estadual após a revolução de 30. Foi a única exceção entre os governantes estaduais. A manutenção de Olegário no Palácio da Liberdade provocou o início de uma luta pela hegemonia política no estado entre os grupos até então integrados ao Partido Republicano Mineiro (PRM). Um grupo liderado por Artur Bernardes e o outro pela Legião de Outubro, fundada em fevereiro de 1931. Inicialmente, a proposta da Legião de Outubro

¹⁰ Idem, p. 17.

visava à formação de uma agremiação, com objetivos de unir os revolucionários de 1930 para oferecer conteúdo, organização e unidade, sem concorrer com os partidos políticos já existentes. Também denominada de Legião Liberal Mineira, suas principais lideranças eram: Francisco Campos, Gustavo Capanema e Amaro Lanari. Também congregou Antônio Carlos, Artur Bernardes e Venceslau Bras. Rapidamente a proposta legionária provocou cisões no PRM, com a defecção da ala bernardista.

Os legionários estavam inclinados com o propósito tenentista de pressionar pela intervenção em Minas, que era considerada um dos “baluartes” da política federalista e descentralizadora.¹¹ Para eles era imprescindível a necessidade de integrar Minas aos ideais revolucionários, desmoralizando a política oligárquica que detinha o poder no estado. Além disso, eles acreditavam ser necessária a desestruturação do PRM, considerado um dos principais canais da política oligárquica pré-revolucionária, com o consequente enfraquecimento político da ala de Bernardes. Isso ocorria pelo fato do ex-presidente ter saído fortalecido da Revolução, somado a um sentimento de revanchismo pelo fato do governo Bernardes (1922-1926) ter submetido os tenentistas à repressão.¹²

Essas disputas internas levaram a uma tentativa de golpe em agosto de 1931, por parte dos opositores de Maciel, ligados ao PRM de Artur Bernardes. Aproveitaram a indecisão do governo Vargas para com a manutenção do político e organizaram um golpe. Se por um lado, Olegário Maciel representava um empecilho à transformação centralizadora, por outro lado evitava a criação de uma frente de oposição ao governo Vargas no estado, o que dificultava a nomeação de um interventor para Minas Gerais. Havia também o temor de um possível desgaste do governo de Getúlio em apoiar um golpe, enquanto Maciel contasse com o apoio da expressiva Força Pública Mineira.

Ainda que sem Vargas, os perremistas encontraram apoio em Osvaldo Aranha.¹³ Tinham por objetivo nomear um interventor e derrubar Maciel e os “legionários”. Virgílio de

¹¹ BOMENY, Helena Maria Bousquet. Minas Gerais e a abertura política dos anos 30. In: GOMES, Angela de Castro. **Regionalismo e centralização política: partidos e Constituinte dos anos 30**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, p. 147.

¹² Idem, p. 148.

¹³ Apesar de ter sido um dos mentores da Legião de Outubro, Osvaldo Aranha, Ministro da Justiça de Vargas (novembro de 1930 a agosto de 1931), era constantemente chamado para resolver os problemas gerados pela atividade ilegal e violenta da Legião de Minas. O legionário Gustavo Capanema era Secretário do Interior do estado de Minas Gerais e tinha o controle da Força Pública Mineira. Aranha também não concordava com as ligações entre os legionários e o governo Maciel, bem como com as relações entre os legionários e antigos

Melo Franco seria o escolhido para ocupar o cargo de interventor. Entretanto, a tentativa fracassou graças a atuação da Força Pública Mineira, controlada por Capanema. Ao final daquele ano, um “Acordo Mineiro” foi lançado e ambos os grupos participaram de um arranjo que resultou na criação do PSN (Partido Social Nacionalista), de caráter conciliador.¹⁴

Os conflitos entre o governo central e interventores eram constantes, em razão das insatisfações dos grupos que apoiaram a revolução de 1930. As discordâncias principais eram provocadas pelas políticas centralizadoras e autoritárias de Vargas, sendo as escolhas dos interventores o aspecto mais visível da discórdia. Havia também nas Forças Armadas resistência ao governo, principalmente junto aos oficiais, que se encontravam insatisfeitos com a questão salarial e a ascensão tenentista que desafiava a hierarquia militar.

A resistência ao novo governo, somada à lentidão do processo de volta ao Estado de direito prometido pelo presidente, resultou na ocorrência da pior guerra civil vivida pelo país em julho de 1932.¹⁵ A Revolução Constitucionalista durou três meses e representou um contratempo às reformas centralizadoras. Ela foi articulada pela Frente Única Paulista e recebeu apoio de oligarcas como Artur Bernardes e Borges de Medeiros. Ao fim do movimento, apesar da derrota bélica, os paulistas obtiveram algum sucesso: foi garantido a São Paulo um interventor civil e natural do estado. Entretanto, lideranças políticas de vários estados que simpatizaram com a causa paulista foram alijadas do processo revolucionário, além da expulsão de diversos oficiais das Forças Armadas.

Em decorrência do movimento constitucionalista, o Governo Provisório foi forçado a afastar-se da influência tenentista antioligárquica, representada principalmente pelo Clube 3 de Outubro. Assim como foi compelido a garantir a convocação de uma Assembleia Constituinte.¹⁶ A Assembleia Nacional Constituinte foi marcada por um esforço de

líderes oligarcas, como Antônio Carlos de Andrada. O objetivo de Aranha era esfacelar a união dos políticos mineiros em torno do PRM. Ver OLIVEIRA, Ione. *Governo Olegário Maciel: Minas Gerais (1930-1933)*. Brasília, PPGHIS-UnB, 1988, [Dissertação de mestrado em História], p. 98-99.

¹⁴ BOMENY, Helena Maria Bousquet. Minas Gerais e a abertura política dos anos 30. In: GOMES, Angela de Castro. **Regionalismo e centralização política: partidos e Constituinte dos anos 30**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, p. 157-160.

¹⁵ PANDOLFI, Dulce Chaves. **Os anos 1930: as incertezas do regime**. Op. cit., p. 25

¹⁶ VIANNA, Luiz Werneck. O Estado Novo e a “ampliação” autoritária da República. In CARVALHO, Maria Alice Rezende de (org.). **República no Catete**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001, p. 114-115.

mobilização por parte dos tenentes centralizadores contra os federalistas.¹⁷ Mesmo que se tratasse de um processo de abertura política, a movimentação em torno da Constituinte foi limitada por medidas do governo, entre elas: censura à imprensa; negação do registro eleitoral aos comunistas; e ausência de adversários do governo, que se encontravam exilados.

Novos grupos buscavam articular-se em busca de consolidação política e eleitoral em seus respectivos estados. Isso somente foi possível pela criação de novos partidos em um período próximo à convocação da Assembleia, pois os partidos existentes antes de 1930 haviam sido praticamente ou enfraquecidos ou extintos.¹⁸ Essas articulações, em grande parte, estiveram presentes na tentativa tenentista de organizar partidos nacionais, capazes de impedir a volta das “maquinas partidárias da República Velha, direcionadas para a politicagem” e para que os “interesses particulares” não “voltassem a controlar o jogo político”.¹⁹ Com pouco sucesso, essa tentativa resultou, majoritariamente, na criação de vários partidos estaduais em torno de interventores e lideranças locais ligadas a Vargas.

O caso de Minas Gerais foi representado pelo Partido Progressista (PP), cujo surgimento estava relacionado à tentativa de unir forças políticas estaduais e instituir uma base de apoio ao presidente e ao governo estadual. O PP favorecia principalmente elementos históricos mineiros que não fizeram frente opositora ao Governo Provisório, como Antônio Carlos de Andrada, Venceslau Brás e Virgílio de Melo Franco.²⁰

Segundo o próprio Olegário Maciel, o PP era “uma força partidária de grande autoridade, que afastando-se de todos os extremos propugnará pela implantação no país das normas mais adequadas à sua índole, grandeza e prosperidade”.²¹ Esse afastamento era característica presente durante o período, no qual o governo era obrigado a estabelecer relações com oligarcas em detrimento da ausência de penetração do tenentismo no estado.

O PP garantiu a maioria nas eleições à Constituinte, assim como ao situacionismo estadual, com 31 deputados em oposição aos 6 do PRM. Essa vitória teve grande peso, pois:

¹⁷ GOMES, Angela de Castro. Introdução. In GOMES, Angela de Castro (org.). **Regionalismo e centralização política: partidos e Constituinte dos anos 30**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, p. 29.

¹⁸ PANDOLFI, Dulce Chaves. **Os anos 1930: as incertezas do regime**. Op. cit., p. 27.

¹⁹ Idem.

²⁰ BOMENY, Helena Maria Bousquet. Minas Gerais e a abertura política dos anos 30. In GOMES, Op. cit., p. 168-169.

²¹ Idem, p. 178-179.

[...] “Do ponto de vista das forças estaduais, o fato de ser a maior bancada tinha uma dupla significação. De um lado contribuía para unir as duas agremiações partidárias, fortalecendo dessa forma a bancada e não os partidos isoladamente. Com isso pretendia-se defender e garantir, na Constituinte, as prerrogativas que o estado mineiro conservara durante a República Velha, na condição de sócio privilegiado do poder nacional. Por outro lado, entretanto, a existência de dois partidos traduzia também internamente uma disputa pelo alcance do poder estadual. De partido dominante durante décadas, o PRM na conjuntura do pós-30 foi sendo paulatina e decisivamente descartado do jogo de influências sobre o executivo nacional (...) restava-lhe o exercício empenhado pela reconquista de um poder perdido.”²²

A vitória de partidos ligados ao tenentismo e a Vargas não estava restrita ao estado de Minas Gerais. No Rio Grande do Sul, o Partido Republicano Liberal, do interventor Flores da Cunha e de Osvaldo Aranha, derrotou a Frente Única Gaúcha, que reunia os partidos Republicano Rio-Grandense e Libertador. Entretanto, em São Paulo o partido ligado ao presidente não obteve o mesmo sucesso e foi derrotado pela união do PRP com o Partido Democrático – a Frente Única Paulista.

Os trabalhos constituintes iniciaram-se no dia 15 de novembro de 1933 e prosseguiram até 16 de julho de 1934, quando a Constituição foi promulgada.²³ Para a presidência da Assembleia, foi eleito o ex-presidente de Minas Gerais, Antônio Carlos de Andrada, que integrava a comissão designada para elaborar o anteprojeto constitucional desde novembro de 32.²⁴ A sua escolha estava relacionada ao seu tom moderado e capacidade de garantir estabilidade à unidade federativa de maior representação na Constituinte.

A escolha do substituto de Antônio Carlos na liderança do PP mineiro na Assembleia coube a Virgílio de Melo Franco, que nesse momento disputava com Gustavo Capanema o cargo de interventor no estado. Porém, contrário às ambições de ambos em chegar ao poder estadual mineiro, quem de fato assumiu foi Benedito Valadares, deputado ligado ao já falecido Olegário Maciel.²⁵ A escolha de Valadares reiterava a necessidade do governo de não

²² Idem, p. 193-194.

²³ PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 1930: as incertezas do regime. Op. cit., p. 28.

²⁴ BELOCH, Israel; ABREU, Alzira Alves de (orgs.). **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930**. Rio de Janeiro: FGV, 1984, v. 1, p. 642.

²⁵ Maciel faleceu no dia 5 de setembro de 1933. Ver BELOCH, Israel; ABREU, Alzira Alves de (orgs.). **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930**. Rio de Janeiro: FGV, 1984, v. 2, p. 1360.

se radicalizar para o lado das oligarquias ou dos tenentes, tentando manter um equilíbrio com ambos, visando o apoio da bancada mineira para a eleição de Vargas.

Terminada a Constituinte, Vargas foi eleito indiretamente presidente da República um dia depois, no dia 17 de julho de 1934. O presidente obteve 175 votos contra 59 dados a Borges de Medeiros, 4 ao general Góis Monteiro e um a Antônio Carlos.²⁶ A Constituição de 1934, que duraria até o ano de 1937, favoreceu alguns anseios dos grupos liberais, principalmente quanto ao modelo de Estado menos intervencionista. Ainda que limitasse a autonomia financeira estadual e fortalecesse a atuação centralizadora do Estado nas questões econômicas e sociais, foi mantido o regime federativo. A manutenção desse caráter federalista causou insatisfação ao Presidente, que era contrário ao texto. Posteriormente à sua promulgação, declarou: “Creio que serei o primeiro revisor dessa Constituição”.²⁷ E de fato, o caráter “mais liberal” da Carta de 1934 funcionou posteriormente como justificativa para “as grandes mudanças necessárias ao país”.²⁸

A influência do caráter liberal e mais democrático da carta ocasionou o ressurgimento de alguns grupos que almejavam crescer politicamente e chegar ao poder. O resultado das eleições de outubro de 1934 para o Congresso Nacional evidenciava a abertura política: muitos dos interventores haviam sido derrotados e alguns grupos anteriores à Revolução de 30 voltaram à liderança estadual. Durante esse período, surgiram também atores políticos radicalizados, como é o caso dos integralistas na AIB e da esquerda na ANL.

A Ação Integralista Brasileira surgiu em 1932 com a aglutinação de diversos grupos e pequenos partidos de extrema-direita em torno da liderança de Plínio Salgado, jornalista e redator do jornal **A Razão**.²⁹ Sua ideologia, ação e organização foram baseadas nas dos partidos fascistas europeus e sua área de penetração não se restringia somente a um estado. A AIB conseguiu chegar à condição de partido de extensão nacional, além de possuir expressiva participação no debate político no país. O partido atuava no âmbito legislativo e executivo de

²⁶ PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 1930: as incertezas do regime. Op. cit., p. 28.

²⁷ LIRA NETO. **Getúlio: Do governo provisório à ditadura do Estado Novo (1930-1945)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, 189.

²⁸ VIANNA, Luiz Werneck. O Estado Novo e a “ampliação” autoritária da República. In: CARVALHO, Maria Alice Rezende de (org.). **República no Catete**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001, p. 116.

²⁹ MAIO, Marcos Chor; CYTRYNOWICZ, Roney. Ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 41.

diversas cidades e chegou a possuir em 1935, um deputado federal e quatro deputados estaduais. Posteriormente, elegeu cerca de 500 vereadores, 20 prefeitos e 4 deputados estaduais nas eleições de 1936. Os integralistas rejeitavam a ideia de representação política, defendendo a mobilização integral e a submissão da massa ao chefe supremo, no caso, Plínio Salgado. Também eram a favor da organização da sociedade entorno de sua ideologia.³⁰ Os integralistas assumiram uma postura simpática e de apoio ao governo Vargas, o que os fez seguir atuando após o golpe de 1937.

Além disso, a insurgência no país de um temor ligado aos grupos de esquerda, serviu para a aprovação de uma série de emendas constitucionais autoritárias. A aprovação da Lei de Segurança Nacional (LSN), em abril de 1935, foi uma delas, em meio à ocorrência de greves e manifestações. Outras emendas limitaram o poder do Congresso e colocaram o país em “estado de sítio”. A LSN legitimou novamente a utilização da censura aos meios de comunicação, prisão de um a dez anos para os que incentivassem manifestações de indisciplina no meio militar ou greves nos serviços públicos. Garantia também o fechamento das entidades sindicais consideradas suspeitas de subversão.³¹ Pouco tempo depois do estabelecimento da lei, ocorreram levantes no Rio Grande do Norte, Recife e no Rio de Janeiro, organizados por grupos de militares de esquerda associados à ANL.

A Aliança Nacional Libertadora foi criada a partir de um grande comício realizado no Teatro João Caetano no Rio de Janeiro, em 30 de março de 1935. Como seu porta-voz inicial estava o então estudante comunista Carlos Lacerda. Na ocasião, Luís Carlos Prestes foi escolhido presidente de honra da Aliança. Influenciada pelos tenentes de esquerda, descontentes com os rumos da revolução e apoiada pelo PCB, a ANL também contou com civis ligados ao tenentismo e defendia os seguintes pontos: luta democrática; antiimperialismo; antifascismo; e luta contra os latifúndios.³² Apesar de apoiarem os tenentes, os comunistas divergiam de seu projeto quanto à questão do poder. Os militares não possuíam uma percepção sólida de luta democrática, restringindo-a a luta pela moralidade. Já os comunistas, propunham a tomada do poder por um governo popular em oposição à proposta

³⁰ Idem, p. 43-50.

³¹ PANDOLFI, Dulce Chaves. **Os anos 1930: as incertezas do regime**. Op. cit., p. 33.

³² VIANNA, Marly de Almeida. O PCB, a ANL e as insurreições de novembro de 1935. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 80-82.

dos aliancistas, que defendiam a união das classes em perspectiva nacional. Essa união seria capaz de mudar o país e evitar ditaduras de ideologias tanto de esquerda quanto direita.³³

A ANL chegou ao patamar de maior organização política em número de filiados no país até então. Em cerca de três meses, organizou centenas de núcleos em todo o Brasil, principalmente no Rio de Janeiro. Sua popularidade serviu inclusive de justificativa para a aprovação da Lei de Segurança Nacional. Diante dessa mobilização, a crença na possibilidade de execução da revolução social no Brasil foi conjecturada por Prestes e pelos tenentes, que se empenharam em se manifestar e divulgar sua ideologia. Enquanto se mobilizavam, entravam constantemente em choque com o governo e os integralistas.³⁴

Através da agitação popular em torno da ANL, foi criada uma Caravana Libertadora, que percorreu o Norte e o Nordeste do país atrás de adesão da população local. Esse ato ultrapassou os limites para o governo, que resolveu decretar a ilegalidade da Aliança. Depois da divulgação de notícias sobre uma falsa implantação de um regime soviético no Brasil, o governo aumentou a repressão contra comunistas e libertadores.

Com a Aliança perdendo força, Prestes e o PCB continuaram com a tentativa de realizar uma revolução no Brasil, o que resultou na ocorrência dos levantes militares de 1935. A rebelião de 27 de novembro no Rio de Janeiro, chamada Intentona Comunista, ocorreu após duas tentativas de motim em estados do Nordeste brasileiro. Característica comum às três revoltas: todas ocorreram sob a liderança de militares revoltosos e com a presença de alguns poucos elementos comunistas afiliados ao PCB e foram facilmente reprimidos.

A Lei de Segurança Nacional, a ocorrência de revoltas simpáticas à causa das esquerdas e a divulgação de um falso plano de golpe comunista, o “Plano Cohen”, foram importantes elementos na legitimação do golpe do Estado Novo. A necessidade de centralizar e limitar ainda mais a participação dos demais atores políticos era perceptível no projeto que regiam o Estado Novo. O golpe significou a vitória das forças autoritárias, principalmente as ligadas ao movimento tenentista e a alguns intelectuais. Vitória essa que demonstrou o poder desses grupos em oposição aos demais participantes da Revolução de 30.

Aos que participaram do movimento de 30, mas assumiram uma postura de defesa ao liberalismo e à descentralização, restou somente o exílio ou a subordinação. O afastamento

³³ Idem.

³⁴ Idem, p. 82-84.

gradual de muitas lideranças favoráveis à Revolução de 1930 demonstrou a heterogeneidade dos projetos pré-30, que se extinguíram temporariamente com o Estado Novo. A marginalização de seus antigos aliados e a sobreposição do projeto autoritário em relação aos demais dialoga com a afirmação de Dulce Pandolfi: “o Estado Novo esteve longe de ser um desdobramento natural da Revolução de 30”, mas somente “um dos resultados possíveis das lutas e enfrentamentos diversos travados durante a incerta e tumultuada década de 1930”.³⁵

2 – Entram repressão e censura, saem atores (1937-1942)

Sendo um dos possíveis desfechos do projeto de 30, o Estado Novo foi o meio encontrado pelos críticos do “liberalismo federalista” para corrigir o que consideravam as falhas da Primeira República. O golpe de 10 de novembro possuiu o intuito de construir um controle social por meio de um forte e centralizado Estado e teve em seu conteúdo o sucesso das experiências antidemocráticas do continente europeu.³⁶

Na tentativa de melhor nos situarmos sobre o autoritarismo do Estado Novo em oposição ao “liberalismo” anterior a 1930, é necessário fazer referência às definições de regimes antidemocráticos e autoritários em geral. No **Dicionário de Política** encontramos:

[...] “Na tipologia dos sistemas políticos, são chamados de autoritários os regimes que privilegiam a autoridade governamental e diminuem de forma mais ou menos radical o consenso, concentrando o poder político nas mãos de uma só pessoa ou de um só órgão e colocando em posição secundária as instituições representativas. Nesse contexto, a oposição e a autonomia dos subsistemas políticos são reduzidas à expressão mínima e as instituições destinadas a representar a autoridade de baixo para cima ou são aniquiladas ou substancialmente esvaziadas. [...] A autoridade, no caso, é entendida em sentido particular reduzido, na medida em que é condicionada por uma estrutura política profundamente hierárquica, por sua vez escorada numa visão de desigualdade entre homens e exclui ou reduz ao mínimo a participação do

³⁵ PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 1930: as incertezas do regime. Op. cit., p. 35.

³⁶ CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 109-110.

povo no poder e comporta normalmente um notável emprego de meios coercitivos.”³⁷

No próprio verbete também pode ser encontrada uma associação a regimes como o Estado Novo, principalmente em seu contexto de “modernização” da sociedade brasileira. Segundo os autores, o após crise do final da década de 20 e do início da de 30, justificaria a ocorrência de regimes autoritários em países de terceiro mundo em prol dessa modernização. Isso se deu pela ausência de uma estrutura sócio-política viável para o processo. O trecho sobre essa tese:

[...] “Os regimes autoritários em vias de modernização que podem ser encontrados em vários países do terceiro mundo surgem em sociedades caracterizadas por uma modernização ainda muito débil e obstaculada por vários estrangulamentos sociais. Eles pretendem reforçar e tornar incisivo o poder político para superar os impasses no caminho do desenvolvimento. A caminhada para a mobilização é por isso muito mais forte do que nos regimes de tipo conservador; mas a força de penetração do regime é limitada pela consistência das forças sociais conservadoras e tradicionais e pelo atraso geral da estrutura social e da cultura política. Nesta situação a elite governante se esforça por introduzir os instrumentos modernos de mobilização social mas não está em condições de organizar um partido de massa verdadeiramente eficiente.”³⁸

A partir de ambas as definições, uma justificando a alcunha autoritária e a outra demonstrando um fenômeno comum ao seu tempo, é necessário buscar as estruturas antidemocráticas do Estado Novo. A razão para isso é justificar sua condição de regime autoritário em oposição ao “liberalismo” oligárquico, a partir dos aspectos do Estado como centralizador e excludente, assim como pela sua proximidade com os regimes autoritários europeus.

A presença de ideologias anticomunista e antisemita aproximavam o Estado Novo dos regimes nazifascistas. Elas estavam presentes, segundo Maria Luiza Carneiro, desde a

³⁷ BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010, p. 94.

³⁸ Idem, p. 101.

elaboração do Plano Cohen³⁹, cuja criação estava ligada ao Ministério da Guerra e ao ser lançado no dia 30 de setembro de 1937, ocasionou o fechamento do Congresso.⁴⁰

Com essa proximidade ao nazifascismo, mesmo sem o sistema de partido único, o Estado Novo era dotado de um controle das massas através de: políticas de coletivismo; censura e repressão acentuadas; e propagação de um ideal nacional em oposição ao “liberalismo estrangeiro”, que traria “desordem ao país”.⁴¹

Com características que remetem ao totalitarismo, inicialmente os integralistas da AIB não só eram a favor do golpe, como participaram ativamente nos bastidores de sua articulação. Em 15 de novembro de 1937 declararam seu apoio a Vargas e se tornaram a única agremiação de caráter partidário em atuação durante os primeiros meses do Estado Novo.⁴² O fato de a Constituição de 1937 ter abolido os partidos, mostrou a importância inicial dos integralistas. Com a exclusão dos partidos e a perda de mandatos, Getúlio utilizou novamente o modelo das Interventorias para administrar os estados.⁴³ Contudo, em 11 de março de 1938 os integralistas fracassaram em tomar uma rádio no Rio de Janeiro, a partir de uma tentativa de golpe. Em seguida, enquanto Plínio Salgado negociava um ministério com Vargas no dia 11 de maio, ocorreu outra tentativa de golpe. O principal alvo dessa vez foi o Palácio Guanabara. O levante teve como liderança o integralista Gustavo Barroso e teve o apoio de oposicionistas a Vargas, como Otávio Mangabeira e Flores da Cunha.⁴⁴ Ao final, o golpe integralista fracassou e dezenas de militantes foram presos, inclusive o próprio Plínio Salgado, que acabou exilado para Portugal.

A nova Constituição, mais autoritária e adequada ao “espírito de seu tempo”, segundo seus defensores, foi o primeiro passo na tentativa de estabelecer uma “nova identidade” entre o Estado e a Nação. Pelo menos no campo da retórica, ambos se uniram sob o “imperativo da

³⁹ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. O Estado Novo, O Dops e a ideologia da segurança nacional. In: PANDOLFI, Dulce (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 329-330.

⁴⁰ PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 1930: as incertezas do regime. Op. cit., p.34.

⁴¹ VELLOSO, Monica Pimenta. **Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo**. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 154-155.

⁴² MAIO, Marcos Chor; CYTRYNOWICZ, Roney. **Ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil**. Op. cit., p. 48.

⁴³ CAPELATO, Maria Helena. **O Estado Novo: o que trouxe de novo?** Op. cit., p. 116.

⁴⁴ Idem.

vontade nacional, dando origem a uma democracia substantiva, em oposição à democracia meramente formal dos liberais”⁴⁵. Através de uma democracia “social” em oposição à “formal”, o Estado Novo procurou atender às necessidades da população e condicioná-las ao seu controle. A quebra da ideologia do Estado como “espectador” dos conflitos sociais que apenas assegurava a liberdade individual foi substituída. Essa “nova democracia” mudou o foco, a partir do momento em que:

[...] “tinha o ser humano como alvo de suas preocupações, não desejando nem sua desintegração, como ocorria no liberalismo, nem sua estatização, como ocorria no totalitarismo. (...) o Estado Novo deveria integrar-se à vida popular, dando ‘melhor assistência social às populações, maior amparo e dignidade a personalidade humana’”.⁴⁶

A estrutura repressora e controladora do Estado Novo finalmente tomou forma pelo atendimento das demandas populares, além da subordinação de sindicatos e representações trabalhistas em torno do Estado, podendo dar continuidade ao processo de modernização. Por um lado anulou os direitos políticos, por outro lado reconheceu o direito dos trabalhadores (urbanos): o Estado interventor e centralizador se mostrou atento à população trabalhadora, esquecida na Primeira República. Outra parte importante do projeto de Vargas foi o posicionamento do governo como “intérprete” dos sentimentos da pátria e do povo. Condicionado pela Lei de Segurança Nacional, esse posicionamento teve em sua essência, o papel de censurar e condicionar a população às políticas e ideologias estado-novistas. Exemplo disso foi a destruição de livros após o golpe de 1937, quando obras de “propagandistas do credo vermelho” foram queimadas, em Salvador e no Rio de Janeiro.⁴⁷

Contudo, o cerco não era restrito aos comunistas. A utilização do Dops como a polícia política do governo foi importante para a dinâmica de controle e repressão dos grupos sociais organizados. A presença de homens do governo em reuniões “suspeitas” e a perseguição a escritores, intelectuais e pessoas identificadas com as comunidades judaica, lituana, russa ou espanhola, também fizeram parte das políticas repressoras do Estado Novo. O coordenador da repressão praticada pelo Dops era Filinto Müller, um simpatizante dos modelos nazifascistas

⁴⁵ VIANNA, Luiz Werneck. **O Estado Novo e a “ampliação” autoritária da República**. Op. cit., p. 117

⁴⁶ GOMES, Angela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, p. 201.

⁴⁷ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. O Estado Novo, O Dops e a ideologia da segurança nacional. Op. cit., p. 330-331.

européus.⁴⁸ Para conseguir exercer o controle social, a imposição do medo através de ameaças de tortura, desemprego e morte, era um dos pilares de sustentação do regime estado-novista. Isso se dava pela capacidade do Estado de:

[...] “sufocar as tradições de luta e as vozes da contestação. Para garantir a ordem, segundo conceito gerenciado pelos homens de Estado, necessitava-se apontar culpados. No caso do governo Vargas, comunistas, anarquistas, judeus, negros, ciganos e japoneses transformaram-se em focos da vigilância oficial.”⁴⁹

Outra novidade trazida com o golpe do Estado Novo foi a presença dos intelectuais na arena política, através da produção de uma consciência “nacionalista” e antiliberal, cuja função era ajudar na legitimação do governo. Com o fortalecimento do regime, a intenção de Vargas era clara em produzir um discurso que eliminasse as tendências contrárias e assegurasse o andamento de seus planos. A diminuição entre as fronteiras do “homem de letras” e do “homem político” deu ao intelectual o papel de “intérprete da vida social” e o atraiu para a esfera pública. Assim o governo restringiu a liberdade de expressão a um grupo seleto e se tornou o “pai dos intelectuais”.⁵⁰ O estabelecimento de uma “elite cultural” colocaria esses pensadores como os porta-vozes dos anseios populares.⁵¹

Contudo, a grande novidade trazida pelo Estado Novo foi a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda, ou simplesmente DIP. Um órgão essencial para a divulgação e coordenação desse projeto de modernização nacional. Constituído em 1939, o DIP atuou nas esferas de divulgação, controle e conformação ideológica. Foi desenvolvido por intelectuais estado-novistas e estava ligado diretamente ao presidente, pois cabia ao mesmo a responsabilidade pela escolha de seus dirigentes.⁵² Antecedido pelo Departamento de Propaganda e Difusão Cultural, o DIP compôs a ampliação interventora do Estado na mídia e na cultura. Seu modelo tinha como base os órgãos equivalentes das experiências nazifascistas, que se caracterizaram pela capacidade de invocar paixões e sentimentos favoráveis ao regime.

Sob a direção de Lourival Fontes, a entidade abarcou os setores de: divulgação, radiodifusão, teatro, cinema, turismo e imprensa. Coordenava, orientava e centralizava a

⁴⁸ CAPELATO, Maria Helena. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. In: PANDOLFI, Dulce (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999, p. 169.

⁴⁹ Idem, p. 335.

⁵⁰ VELLOSO, Monica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. Op. cit., p. 154-156.

⁵¹ Idem, p. 156.

⁵² VIANNA, Luiz Werneck. O Estado Novo e a “ampliação” autoritária da República. Op. cit., p. 146.

propaganda interna e externa.⁵³ Reflexo da estrutura do próprio regime, o DIP possuía uma estrutura centralizada, com a presença de órgãos em vários estados, os “DEIPs”. Esses estavam sempre subordinados ao Rio de Janeiro, para que o Departamento central assegurasse eficiente controle estatal.

A propaganda exercida pelo departamento também estava ligada à tentativa de conquistar o apoio necessário para a legitimação do governo. Para isso, os meios de comunicação reforçavam a figura de Vargas como “generoso”, “humanitário” e “popular”, além de atacar os contestadores do regime.⁵⁴ O DIP buscava homogeneizar e doutrinar a opinião pública favoravelmente ao governo e obstruir os demais canais de cultura e de expressão da sociedade civil, educando o povo para o projeto estado-novista. Ocorreram incorporações de várias organizações culturais no período, como a Rádio Nacional ou os jornais **A Manhã** e **A Noite**. Essas ações visaram atribuir ao Estado a função de “único interlocutor legítimo para falar com e pela sociedade”.⁵⁵

Para seus ideólogos, a arte no Estado Novo deveria possuir fins utilitários em oposição aos ornamentais. Era necessário aumentar a abrangência da doutrinação e o rádio foi o formato escolhido para a função de principal promotor da ideologia. Ao setor radiofônico cabia o papel de instrumento da “democratização social” que fosse capaz de atingir a toda a população e veicular os elementos culturais defendidos pelo governo.⁵⁶

Para o ministro do Trabalho entre 1941 e 1945, Alexandre Marcondes Filho, a função do rádio para trazer legitimidade ao Estado Novo e conquistar o apoio dos trabalhadores era necessária à medida que os próprios desconheciam os benefícios ganhos com a nova legislação. Esse desconhecimento pode estar ligado ao processo histórico da elaboração dessa legislação, que não foi conquistada ao longo de um processo de lutas, mas através da concessão do Estado.⁵⁷ Porém, a criação dessas leis e o reconhecimento do trabalhador como cidadão, assim como quase todo aspecto de sua vida, não estavam isentos do controle estatal. Seguindo o preceito básico de que a democracia pela representação política era incompatível com a solução dos problemas nacionais, o governo Vargas procurou estabelecer uma doutrina

⁵³ VELLOSO, Monica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. Op. cit., p. 158.

⁵⁴ CAPELATO, Maria Helena. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. Op. cit., p. 171.

⁵⁵ VELLOSO, Monica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. Op. cit., p. 160.

⁵⁶ Idem, 162.

⁵⁷ CAPELATO, Maria Helena. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. Op. cit., p. 171.

corporativista. Influenciada pelos regimes autoritários europeus, tinha em sua eficácia a garantia dos direitos trabalhistas e a exclusão dos direitos políticos.

O corporativismo teve importância na construção dos sindicatos como espaços de regulação dos grupos operários urbanos e tinha como função diminuir as desigualdades e manter a hierarquia social.⁵⁸ O modelo brasileiro possuía forte inspiração na *Carta del Lavoro* de Mussolini.⁵⁹

Sobre esse controle dos trabalhadores, Maria Celina D'Araujo afirma:

[...] “Para a doutrina corporativista, a população deveria colaborar com o governo, e a melhor forma de se expressar essa colaboração seria através de atividades cívicas e econômicas, e não através de ações político-partidárias. As divergências ideológicas deviam ser banidas, o governo formularia as diretrizes para a nação e caberia a todos colaborar nesse esforço. (...) Julgava-se que, se a sociedade fosse ordenada em grandes áreas de atividade, seria mais factível conciliar interesses do capital e do trabalho. Dentro dessa concepção os sindicatos seriam, para o corporativismo, as modernas corporações que cumpririam esse papel organizador. No caso do Brasil, para cada profissão haveria um e apenas um sindicato de trabalhadores.”⁶⁰

A regulamentação dos sindicatos tinha o propósito de ser mais uma ferramenta de manutenção da ordem. O mesmo ocorria no ramo empresarial, onde havia uma rede de sindicatos reunindo empresas por atividades similares. A relação do Estado com os empresários era importante, não só pela possibilidade dos mesmos fazerem reivindicações, mas na construção de uma ideia de mercado controlado pela subordinação do empresariado e dos subalternos.⁶¹

O estabelecimento da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) em 1943 dividiu os ramos de atividades entre uma confederação de trabalhadores e outra de empregadores. Os ramos divididos eram: comércio; indústria; transportes marítimo, fluvial, aéreo; transporte terrestre; comunicação e publicidade; crédito; educação e cultura; profissões liberais. Os sindicatos dessa rede tinham caráter privado, mas com funções públicas e eram subordinados

⁵⁸ D'ARAUJO, Maria Celina. Estado, classe trabalhadora e políticas sociais. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 216-217.

⁵⁹ CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? Op. cit., p. 120.

⁶⁰ Idem, p. 218-219.

⁶¹ VIANNA, Luiz Werneck. O Estado Novo e a “ampliação” autoritária da República. Op. cit., p. 126.

ao governo através do Ministério do Trabalho.⁶² Assim, o órgão seria o grande regulador de toda essa rede, garantindo o fim dos conflitos políticos nos sindicatos.

Outro ponto importante era o da proibição imposta ao sindicato ou associação profissional de fazer propaganda ou veicular qualquer preferência política ou doutrinária. Além da impossibilidade de criar vínculos com organizações sindicais ou profissionais internacionais. Havia também a obrigatoriedade dos sindicalizados de participar nas festas cívicas organizadas pelo governo e um estatuto definido e uniformizado pelo Departamento Nacional do Trabalho, que controlava a economia e as finanças das organizações.⁶³

Para a manutenção do controle trabalhista, foi introduzida a “Contribuição Sindical” que equivale à um dia de salário de todos os trabalhadores doados aos respectivos segmentos sindicais. Com essa Contribuição, muitos dirigentes passaram a ter suas despesas básicas asseguradas e criaram mecanismos de perpetuação própria no poder. Esses dirigentes receberam a alcunha de “pelegos” e em seu contexto de surgimento, representavam mais um aparato de controle estatal por se colocarem em um “duplo papel”. Representavam os interesses dos trabalhadores, enquanto evitavam protestos e obtinham a confiança dos patrões e do governo. Com a proibição do direito de greve, as questões envolvendo trabalhadores e patrões acabavam decididas através de cortes trabalhistas. Nelas um tribunal agia como mediador e conciliador dos conflitos. Essa nova legislação não somente impedia a consolidação de uma classe trabalhadora contestadora, como também perseguia, prendia, torturava ou exilava os sindicalistas que se opunham a ela.⁶⁴

Mas, e os atores liberais que participaram do projeto revolucionário anterior ao Estado Novo? Coube a eles o silêncio público, com a conseqüente perda de suas participações políticas. Nos casos já citados de Antônio Carlos de Andrada e Virgílio de Melo Franco, com o fim do Governo Constitucional e ao início da ditadura, observamos experiências similares: ambos não conseguiram alcançar projeções políticas com a implantação do Estado interventor. Sofreram derrotas no âmbito estadual e no âmbito federal, ao serem deixados de fora do jogo político conduzido por Vargas. Na ausência de outros espaços políticos, comuns em um regime democrático, ambos se recolheram às suas vidas privadas e, num claro sinal de

⁶² Idem, p. 219-220.

⁶³ D'ARAÚJO, Maria Celina. Estado, classe trabalhadora e políticas sociais. Op. cit., p. 226.

⁶⁴ CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? Op. cit., p. 120.

derrota política, passaram a atuar através dos pouquíssimos canais permitidos pelo Estado Novo, por causa da censura e da repressão.

Antônio Carlos rompeu com o presidente Vargas pouco antes do golpe, quando ocupava o cargo de Presidente da Câmara dos Deputados. Na reabertura dos trabalhos legislativos, após o estado de sítio em maio de 1936, conseguiu sua reeleição porque exercia paralelamente a liderança da bancada do PP em Minas, a maior bancada estadual na Câmara dos Deputados.

Inicialmente seu nome estava entre os candidatos em potencial à sucessão de Vargas, como estabelecido pela Constituição de 1934, que previa a volta das eleições diretas para a presidência da República, em janeiro de 1938.⁶⁵ O imbróglio envolvendo a questão sucessória foi utilizado por Getúlio como forma de obter apoio dos atores políticos dominantes mesmo antes do Estado Novo. Assim, Vargas conseguiu aprovar as medidas restritivas, especificamente aquelas instauradas por ocasião das revoltas comunistas. Com essa base parlamentar, foi possível alterar o estabelecimento de um Tribunal de Segurança Nacional, em 1936, e a institucionalização dos processos contra comunistas e militantes de esquerda, bem como contra os integralistas e políticos liberais que se opunham ao governo.⁶⁶

Contudo, o desenrolar dos fatos que resultou no rompimento político entre Antônio Carlos e Vargas ocorreu em decorrência da disputa pela hegemonia em Minas Gerais. Encontrando em Benedito Valadares um adversário capaz de derrubar sua articulação em seu estado, acabou renunciando à liderança da bancada majoritária mineira em 29 de agosto de 1936 e foi substituído por Pedro Aleixo. Ainda tentou fazer o mesmo na Câmara dois dias depois, mas foi mantido no cargo, com o apoio de deputados de diferentes bancadas estaduais.⁶⁷ O enfraquecimento político de Antônio Carlos foi se evidenciando por causa da predileção de Vargas a favor de Valadares para controlar a política mineira. A estratégia foi explicitada no âmbito do PP, quando Valadares fortaleceu lideranças favoráveis ao governo federal. Valadares procurou, ademais, negociar acordos com políticos contrários aos

⁶⁵ BELOCH, Israel; ABREU, Alzira Alves de (orgs.). **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930**. Rio de Janeiro: FGV, 1984, v. 1, p. 644.

⁶⁶ BELOCH, Israel; ABREU, Alzira Alves de (orgs.). **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930**. 2º Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001, v. 5, p. 5.797.

⁶⁷ BELOCH, Israel; ABREU, Alzira Alves de (orgs.). **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930**. Rio de Janeiro: FGV, 1984, v. 1, p. 644.

interesses do “carlismo”.⁶⁸ Entre eles estavam nomes como o de Francisco Campos e o de Virgílio de Melo Franco. Assim, no cenário de disputa eleitoral, no final de 1936, a candidatura de Antônio Carlos já tinha sido esvaziada pela sua fragilidade. Nos trabalhos legislativos do ano de 1937, Antônio Carlos e Pedro Aleixo concorreram à presidência da Câmara. Sob forte empenho de Valadares e Vargas, Antônio Carlos foi derrotado por 21 votos.

Com o fim da sua influência no PP e no Parlamento federal, Antônio Carlos procurou novos aliados e se empenhou em apoiar Armando de Oliveira Sales, candidato paulista para as eleições, cuja articulação foi feita através da União Democrática Brasileira. A UDB tinha em sua comissão executiva nomes como Artur Bernardes, Otávio Mangabeira, João Carlos Machado e Valdemar Ferreira, além do próprio Antônio Carlos. A UDB funcionou como uma espécie de embrião para a UDN.⁶⁹ Porém, com a ocorrência do golpe do Estado Novo, Antônio Carlos perdeu o mandato parlamentar e foi obrigado a encerrar sua carreira política. Passou a dedicar-se ao ramo empresarial. Seu nome voltaria à cena política ao reforçar a luta contra Vargas em 1942.

Virgílio de Melo Franco teve um destino parecido com a implantação do Estado Novo. Tendo visto suas chances de assumir a interventoria mineira se esgotarem em fins de 1933, com a nomeação de Benedito Valadares, rompeu com Vargas e renunciou à liderança do Partido Progressista na Constituinte de 1934. No ano seguinte, fundou junto com o irmão Afonso Arinos um jornal oposicionista, a **Folha da Manhã**, que teve sua publicação encerrada pelo estabelecimento da Lei de Censura em 1936.⁷⁰

Diferente de Antônio Carlos, Virgílio Franco apoiou José Américo de Almeida ao pleito de 1938, candidato de Vargas que foi lançado pelo grupo ligado a Valadares. Porém, a partir do fechamento do Congresso e da perda de seu mandato, também se afastou da política e foi para o ramo empresarial. Nesse período se aproxima de José Francisco Bias Fortes⁷¹, cuja família havia se tornado adversária dos Andradas. Virgílio voltaria a figurar como importante articulador da oposição a Vargas com a entrada do país na 2ª Guerra Mundial.

⁶⁸ Expressão utilizada para denominar as articulações e os interesses de Antônio Carlos no estado de Minas Gerais.

⁶⁹ PAIM, Antônio. **História do liberalismo brasileiro**. São Paulo: Mandarim, 1998, p. 184.

⁷⁰ BELOCH, Israel; ABREU, Alzira Alves de (orgs.). **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930**. Rio de Janeiro: FGV, 1984, v. 2, p. 1363.

⁷¹ Idem.

Contudo, apesar da ausência desses políticos liberal-democráticos e históricos no momento seguinte ao golpe, a Faculdade de Direito de São Paulo já tinha desenvolvido um significativo foco de oposição ao regime. Junto aos estudantes havia lideranças como Julio de Mesquita Filho, proprietário do jornal **O Estado de S. Paulo** e bacharel pela Faculdade. Mesquita Filho, como Antônio Carlos, havia apoiado a candidatura de Armando Sales para as eleições previstas de 1938; após o Estado Novo acabou preso, exilado e teve o seu jornal fechado e expropriado.⁷²

Em suas manifestações oposicionistas, os estudantes de direito aproveitaram a visita de Vargas a São Paulo em julho de 1938 para fazer com que a Faculdade declarasse o presidente *persona non grata*, assim como realizaram protestos no periódico, **Folha Dobrada**.⁷³ Além da Faculdade do Largo de São Francisco, estudantes e professores das faculdades de Direito do Distrito Federal, de Salvador, além das Politécnicas e de Medicina de São Paulo, participaram da organização de movimentos contra o autoritarismo varguista.⁷⁴

3 – A volta dos liberais e o fim do Estado Novo (1942-1945).

Durante a 2ª Guerra Mundial, iniciada em setembro de 1939, o governo procurou em seu primeiro momento a neutralidade e a situação de observador do conflito, sem declarar apoio por qualquer um dos lados. Essa postura estava associada às dificuldades econômicas do governo Vargas. Entre países Aliados e do Eixo naquele momento, os interesses comerciais e financeiros brasileiros pesaram mais para o cálculo estratégico do país. Os acordos comerciais com a Alemanha e a influência dos imigrantes germânicos no Brasil criaram uma importante teia econômica bilateral, como o caso do Banco Alemão

⁷² CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? Op. cit., p. 132.

⁷³ Jornal de seis publicações que exigia: representação popular, sufrágio universal, liberdade de expressão e uma “Constituição do Povo”. Idem.

⁷⁴ Idem, p. 132-133.

Transatlântico.⁷⁵ Essa aproximação era mal vista pelos norte-americanos, os grandes adversários dos alemães no mercado latino-americano e posteriormente no conflito.

Contudo, a ocorrência de manifestações em favor da declaração de guerra aos países do Eixo aumentou a partir de 1942. Multidões foram às ruas para pressionar o governo a respeito da adesão ao lado dos Aliados, além de hostilizar imigrantes alemães, italianos e japoneses.⁷⁶ Essas manifestações estavam relacionadas aos bombardeamentos de navios brasileiros por parte dos nazistas. A ocorrência dessas agressões tinha ligação com a atuação do país na Conferência Interamericana de Chanceleres no Rio de Janeiro, em 1942. Nela Osvaldo Aranha propôs ruptura diplomática e comercial com os países do Eixo.⁷⁷

Em 31 de agosto de 1942, o Brasil finalmente declarou guerra ao Eixo e se posicionou em favor dos Aliados. Essa ação inicialmente gerou apoio da população ao presidente, até mesmo por parte dos grupos comunistas.⁷⁸ Entretanto, a entrada do país no conflito trouxe consigo sinais de debilidade do regime, principalmente pela sua posição político-ideológica autoritária, mais próxima dos nazifascistas. Além de tornar a vida mais difícil para a população que sofria pela falta de produtos básicos no mercado brasileiro, a guerra estimulou o aumento da resistência à ditadura por parte de vários setores da sociedade.

Em meio ao enfrentamento entre os favoráveis e os opositores ao governo, em Minas Gerais surgiram focos de resistência e crítica à contradição da entrada do país no conflito: apesar do regime ser autoritário, o país se posicionava em favor dos Aliados, os defensores das democracias. A oposição ressurgiu com um discurso de apontar as falhas dos regimes autoritários e condenou o caráter contraditório do governo Vargas.

Com a análise dos documentos, procuramos compreender a ideologia de duas lideranças opositoras a Vargas no final do Estado Novo: Antônio Carlos de Andrada e Virgílio de Melo Franco. Primeiramente, a entrevista do ex-presidente de Minas Gerais e da Câmara, Antônio Carlos à revista **Diretrizes**. Em seguida o manuscrito do Manifesto dos

⁷⁵ Virgílio de Melo Franco foi interventor do Banco Alemão Transatlântico de 1942 até o final de 1943. BELOCH, Israel; ABREU, Alzira Alves de (orgs.). **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930**. Rio de Janeiro: FGV, 1984, v.2, p. 1363.

⁷⁶ CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? Op. cit., p. 134-135.

⁷⁷ Idem.

⁷⁸ Idem.

Mineiros, cujo conteúdo abriga críticas à postura contraditória e à privação dos direitos políticos.

A revista **Diretrizes**, fundada por Samuel Wainer, em abril de 1938⁷⁹, trouxe em seu primeiro número, uma publicação de cunho pró-Estado Novo elaborada por Azevedo Amaral. Ele atribuía às elites intelectuais a importância de sua participação no regime, principalmente ao admitir que “o papel dessas forças não deve ter o cunho de subalternidade pela limitação das suas atividades ao desempenho de uma função meramente interpretativa da ideologia básica nacional”⁸⁰. Azevedo, que possuiu grande importância na elaboração da revista em sua primeira fase⁸¹, esteve vinculado à ideia elitista de defesa da “liberdade de expressão de acordo com a capacidade mental e cultural de cada um”⁸².

Através do “aval” do governo para esse segmento informativo, a publicação serviu de veículo para os intelectuais “disposto [s] a participar ativamente nas decisões sobre os rumos do país”⁸³. Entre os colaboradores da revista esteve Virgílio de Melo, que em 1943 escreveu artigos semanais sobre a política europeia, e ajudou financeiramente a publicação.⁸⁴ Contudo, na edição de 30 de abril de 1942, a revista trouxe uma entrevista realizada com Antônio Carlos de Andrada, com o título “As democracias vencerão a opressão”, cujo conteúdo tratava da opinião manifesta de um ator político importante contrário ao governo.

Inicialmente o artigo feito em torno da entrevista, exaltava a participação do ex-presidente de Minas, nos acontecimentos da Aliança Liberal e definia-o como um político de alta capacidade articuladora, daqueles que “tira a meia sem tirar o sapato”⁸⁵. Em seguida, exaltou o discurso do entrevistado, que dizia ter se afastado da vida pública ao ponto de que

⁷⁹ DUQUE FILHO, Álvaro Xavier. Política internacional na revista **Diretrizes (1938-1942)**, Assis, Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/ASSIS, [Dissertação de mestrado em História], 2007, p.76-77.

⁸⁰ **Diretrizes**, n. 1, p. 50-51, abr. 1938. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/diretrizes-politica-economia-e-cultura/163880>. Acesso em: 22 de out. 2013.

⁸¹ DUQUE FILHO, Álvaro Xavier. Política internacional na revista **Diretrizes (1938-1942)**, Assis, Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/ASSIS, [Dissertação de mestrado em História], 2007, p. 68.

⁸² VELLOSO, Monica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. Op. cit., p. 156.

⁸³ DUQUE FILHO, Álvaro Xavier. Política internacional na revista **Diretrizes (1938-1942)**, Assis, Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/ASSIS, [Dissertação de mestrado em História], 2007, p. 78.

⁸⁴ BELOCH, Israel; ABREU, Alzira Alves de (orgs.). **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930**. Rio de Janeiro: FGV, 1984, v. 2, p. 1363.

⁸⁵ **Diretrizes**, n. 96, p. 3, abr. 1942. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/diretrizes-politica-economia-e-cultura/163880>. Acesso em: 22 de out. 2013.

deveria ser “considerado morto” para tais fins.⁸⁶ E finalmente e mais importante, a sua relação de apoio aos norte-americanos no conflito mundial.

A publicação relacionou a biografia política de Antônio Carlos de apreço aos norte-americanos e à democracia com alguns momentos de sua vida. O primeiro deles, durante a Primeira Guerra Mundial quando era responsável pelo Ministério da Fazenda: ordenou que fossem fechados os bancos alemães no Brasil a partir da declaração de guerra ao país europeu. O segundo, durante a Revolução de 30, a qual admitiu não ter sido inicialmente favorável ao movimento armado, mas cuja finalidade era buscar o “aperfeiçoamento do regime democrático no Brasil, de forma a se tornar uma realidade a representação política”⁸⁷.

Por fim, durante sua aposentadoria política no período da publicação, quando admitiu não prever desfecho da guerra, porém acreditando que “as democracias conseguirão mais uma vez derrotar os regimes de opressão”⁸⁸. É interessante também a forma como o entrevistado fez alusão à França de Vichy, dizendo que o Brasil não deveria imitar o exemplo do Marechal Pétain. Essa comparação foi a evidência de sua crítica às ditaduras, sobre as quais afirmava serem momentos de transição de curta duração, cujo resultado seria de melhoramento da experiência democrática.

No ano seguinte à publicação do artigo de Antônio Carlos, um manuscrito endereçado ao povo mineiro começou a ser elaborado por atores políticos históricos da cena de Minas Gerais. O documento que recebeu o nome de Manifesto dos Mineiros foi elaborado no decorrer do ano de 1943. Seus autores faziam parte de um grupo de opositoristas que se reunia em almoços no Rio de Janeiro. Aproveitando o crescente sucesso dos Aliados na Segunda Guerra Mundial passaram a manifestar-se em prol da democratização no Brasil.⁸⁹ Antônio Paim afirma sobre o grupo:

[...] “Em outubro de 1943, expressivo grupo de intelectuais de Minas Gerais divulgou um documento contra o Estado Novo que passou à história com a denominação de Manifesto dos Mineiros. [...] A primeira singularidade do Manifesto dos Mineiros reside no fato de que sejam católicos quase todos os seus signatários. Essa circunstância não deixa de causar espécie pelo fato de que a Igreja

⁸⁶ Idem, p. 5.

⁸⁷ Idem.

⁸⁸ Idem, p. 30.

⁸⁹ BELOCH, Israel; ABREU, Alzira Alves de (orgs.). **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930**. Rio de Janeiro: FGV, 1984, v. 2, p. 1363.

Católica, tanto no continente europeu como no Brasil, posicionava-se francamente contra o liberalismo, achando-se de algum modo associada ao fascismo italiano e às suas expressões Ibéricas, como também ao Estado Novo brasileiro.”⁹⁰

Tendo em vista a influência do catolicismo como característica comum aos membros, foi possível compreender também o caráter do discurso. O fato dos signatários serem católicos explicitou a tentativa de desassociar o texto da “subversão” comunista e de invocar um patrimônio “moral e espiritual do povo mineiro” contra a ditadura.

Em seus primeiros parágrafos, o Manifesto se dedicou à extinção das atividades políticas e aos movimentos cívicos ao regime. O mesmo havia sido responsável por reduzir os mineiros a meros “habitantes de suas terras”, sem capacidade de participar da vida pública:

[...] “Quem conhece a história das tradições de nossa gente pode medir a extensão da violência feita ao seu temperamento por essa compulsória e prolongada abstinência da vida pública. O amor à crítica e ao debate, o apego às prerrogativas da cidadania, o dever político, no seu mais nobre e dignificante sentido, numa palavra, a irresistível vocação para a vida pública, não são, sem dúvida, felizmente, no Brasil privilégio dos mineiros; mas devemos orgulhar-nos, por todas as razões, do fato de ser a comunidade mineira no país (...) aquela onde esse sentimento dos interesses coletivos e essa compreensão do múnus cívico, essa indomável e ativa tendência política nunca perderam sua força e constância.”⁹¹

Ao longo do texto do Manifesto, percebemos a tentativa feita para que os “co-estaduanos” se inspirassem nas “mais firmes tradições de civismo e no seu reconhecido apego aos ideais políticos que se realizam pela autonomia estadual e pela democracia”⁹². Para tal foram utilizadas referências a Tiradentes e a Teófilo Otoni como defensores de uma autonomia contra a centralização e “personificação do poder” e de combatentes das “paralisias do unitarismo e as restrições das liberdades públicas e privadas”⁹³. Ao admitir que o Brasil estava de fato em fase de progresso material, os autores procuraram comparar a ocorrência de resultados similares em países nos quais não houve a exclusão dos direitos cívicos, demonstrando que não era algo restrito a regimes autoritários. Procuraram também

⁹⁰ PAIM, Antônio. **História do liberalismo brasileiro**. São Paulo: Mandarim, 1998, p. 187.

⁹¹ Manifesto dos Mineiros. Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/>. Acesso em: 22 de out. 2013.

⁹² Idem.

⁹³ Idem.

atacar diretamente a contradição do país de lutar contra o nazifascismo, enquanto seguia tendências parecidas às dos seus adversários.

No Manifesto percebemos críticas à Primeira República, principalmente na questão dos vícios eleitorais, identificando neles um empecilho para a prática democrática. Além de fazer alusão à “hipertrofia do Poder Executivo” como um dos principais “abusos do regime transposto definitivamente em outubro de 1930”, na qual havia a perpetuação de “um só homem, sempre desejoso de perpetuar-se mediante indicação de um sucessor”.⁹⁴ De forma geral, os signatários atacavam a “qualquer ordem política” que fechasse as urnas com fins de transformar o poder Constitucional em único. Tinham como exigência básica: a liberdade de pensamento, “sobretudo, do pensamento político”.

Fizeram parte do grupo manifestante: Virgílio de Melo Franco; seu irmão Afonso Arinos de Melo Franco; José de Magalhães Pinto; Luís Camilo de Oliveira Neto; Pedro Aleixo; entre outros.⁹⁵ Antônio Carlos não fez parte desse grupo, justamente pelo papel de destaque que tiveram Virgílio de Melo e Pedro Aleixo⁹⁶, com os quais teve atritos no passado. Todos os signatários do Manifesto que ocupavam cargos públicos acabaram demitidos como represália do governo, como foi o caso de Virgílio de Melo Franco que foi destituído da interventoria do Banco Alemão Transatlântico.

É importante, ademais, ressaltar que:

[...] “Entre os signatários do Manifesto dos Mineiros encontram-se aquelas personalidades que tiveram maior peso na União Democrática Nacional e mesmo na fase inicial da Revolução de 64 – quando ainda se propunha a realização dos objetivos institucionais que a motivaram -, a exemplo de Afonso Arinos de Melo Franco, Bilac Pinto, Magalhães Pinto, Milton Campos e Pedro Aleixo. Essa circunstância explica que perdessem de vista a tradição do liberalismo brasileiro no tocante à atribuição da devida importância à representação política e ao seu aprimoramento.”⁹⁷

⁹⁴ Idem.

⁹⁵ BELOCH, Israel; ABREU, Alzira Alves de (orgs.). **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930**. Rio de Janeiro: FGV, 1984, v. 2, p. 1363.

⁹⁶ BELOCH, Israel; ABREU, Alzira Alves de (orgs.). **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930**. Rio de Janeiro: FGV, 1984, v. 1, p. 645.

⁹⁷ PAIM, Antônio. **História do liberalismo brasileiro**. São Paulo: Mandarim, 1998, p. 191.

Os manifestantes estariam, posteriormente, ligados ao partido de maior oposição a Vargas no final do Estado Novo.⁹⁸ A UDN, cujo surgimento esteve no contexto de articulação desses políticos ditos liberais, tinha em si a presença de outros segmentos descontentes com Vargas. Sua criação estava relacionada a possibilidade de concorrer nas eleições que se desenhavam para o ano de 1945.⁹⁹ A UDN surgiu primeiramente como um movimento ou frente oposicionista antes de se tornar um partido e sua característica ideológica era basicamente de antigetulismo.¹⁰⁰

Oficialmente, a UDN surgiu em 7 de abril de 1945¹⁰¹ e aglutinou aqueles que eram opositores do governo Vargas ou os que apoiaram Vargas em algum momento, mas que romperam com ele. Entre o “conjunto de liberais” que constituiu a UDN estavam: os oligarcas derrotados em 1930; antigos aliados marginalizados até 1937; aqueles aliados que se afastaram durante o Estado Novo; liberais identificados com as políticas regionais; e parte da esquerda que havia rompido com o PCB de Prestes.¹⁰²

Foi somente pelo seu caráter de frente oposicionista que o partido se estruturou com diferentes ideologias. A isso, Gláucio Soares atribui a facilidade de se formar uma “frente política anti-situacionista do que manter um partido político com base num projeto comum para o país”¹⁰³. Ao caráter ideológico predominante da UDN, o autor atribui aos liberais predominantemente urbanos, o papel de organizadores das plataformas políticas. Também propõe que o partido estava ligado à necessidade de manter o fantasma getulista afastado do Estado, daí a associação do partido com a “eterna vigilância” como preço pela liberdade. Soares chama atenção para as classes que eram penetradas pela ideologia udenista, ao mostrar que dos assinantes da ata de fundação da UDN, “a quase totalidade era composta de pessoas de elite e de classe média [...] Os operários e trabalhadores manuais primaram pela sua ausência, e o único “lavrador” presente era nada mais, nada menos do que Virgílio de Melo

⁹⁸ FERREIRA, Jorge. A democratização de 1945 e o movimento queremista. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 20.

⁹⁹ CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? Op. cit., p. 138.

¹⁰⁰ SOARES, Gláucio Ary Dillon. **A democracia interrompida**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001, p. 95.

¹⁰¹ FERREIRA, Jorge. A democratização de 1945 e o movimento queremista. Op. cit., p. 20.

¹⁰² DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 137.

¹⁰³ SOARES, Gláucio Ary Dillon. **A democracia interrompida**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001, p. 95.

Franco, advogado, jornalista e fazendeiro”.¹⁰⁴ Ainda assim, a associação com os grupos da esquerda democrática influenciou na propagação e aceitação de algumas posições progressistas, assim como um inicial apoio aos direitos trabalhistas.

Para o autor, a constituição de uma ideologia udenista estava subordinada a três pontos. O primeiro deles era a associação com o moralismo. O segundo com o bacharelismo, que atribuía à retórica o papel de principal ferramenta de argumento político, exaltando a formação verborrágica e elitizada do bacharel na administração pública. E por último o antiestatismo, contrário à intervenção estatal na vida econômica da população brasileira.

Aos udenistas históricos como Virgílio de Melo Franco, que foi secretário-geral do partido ¹⁰⁵, estava associado o discurso de repúdio à conquista do “poder pelo poder”, além da rejeição ao fisiologismo político de disputa por cargos. Porém, a aproximação da UDN com militares e a sua aspiração de chegar ao poder sem considerar os limites democráticos contradiziam a ideia de liberal a que os udenistas procuraram se associar desde o Manifesto. A adoção de posturas cada vez mais conservadoras e a constante aproximação com as Forças Armadas, desde a campanha presidencial do brigadeiro Eduardo Gomes, foram reflexos das contradições do partido.¹⁰⁶

O apoio recebido pela imprensa, pelos intelectuais, pelas elites políticas e empresariais deve ser atribuído ao perfil elitista do grupo de liberais. Os comícios da campanha do brigadeiro eram sempre destacados nas primeiras páginas dos jornais ligados a esses grupos. Todo o engajamento dos opositores a Vargas advinha da condição do candidato como sujeito ideal para ganhar as eleições. Sua “vocação” vencedora estava ligada principalmente a sua alta patente militar, legenda de herói e por ter sido associado às lutas democráticas desde a sua participação no tenentismo.¹⁰⁷

Entretanto, apesar de todo esforço feito em torno do candidato udenista, ele não possuía sequer algum tipo de penetração entre as classes populares, principalmente entre os trabalhadores. O perfil do partido ligado aos setores sociais médios e altos causava antipatia por parte dos operários que se manifestavam em favor da manutenção de Vargas no poder.

¹⁰⁴ Idem, p.96.

¹⁰⁵ BELOCH, Israel; ABREU, Alzira Alves de (orgs.). **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930**. Rio de Janeiro: FGV, 1984, v. 2, p. 1364.

¹⁰⁶ SOARES, Gláucio Ary Dillon. **A democracia interrompida**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001, p. 95.

¹⁰⁷ FERREIRA, Jorge. A democratização de 1945 e o movimento queremista. Op. cit., p. 21.

A falta de sucesso de Eduardo Gomes estava, ademais, ligada a um movimento ocorrido no final do Estado Novo, do qual boa parte da população esteve em favor da manutenção de Vargas no poder. O movimento, inicialmente uma reação às críticas dos liberais à legislação trabalhista e, posteriormente, articulado por líderes sindicais e funcionários do Ministério do Trabalho, ganhou o nome de Queremismo em alusão aos gritos dos trabalhadores de “Queremos Getúlio!”.¹⁰⁸

Segundo Jorge Ferreira, o movimento surgiu após a entrevista de José Américo de Almeida, a qual exaltava a candidatura de Eduardo Gomes e exigia eleições livres. Foi durante um comício posterior a essa entrevista, na Praça da Sé, que o movimento se desenrolou. Enquanto estudantes universitários, filiados ao Centro Acadêmico Onze de Agosto, pregavam liberdade, assim como ofendiam e insultavam Vargas, surgiam “centenas de pessoas de aparência humilde, mas profundamente indignadas”. Elas começaram a bater panelas e gritar contra o PRP e pedir, “Nós queremos Getúlio”.¹⁰⁹

O autor inclusive descreve a influência do ocorrido na imprensa e no rumo das eleições:

[...] “Descritos na grande imprensa como desordeiros, provocadores, arruaceiros, bêbados, exaltados, violentos, selvagens, entre outros qualificativos, era difícil para os grupos sociais culturalmente eruditos compreender as razões de tal inconformismo e definir os comportamentos de indignação de populares que se insurgiam contra os que ofendiam Getúlio Vargas. Na imprensa, políticos de oposição e editorialistas tentavam racionalizar aqueles episódios: entre a influência do nazismo e a atuação de embriagados, entre a mentalidade obscurantista e o comportamento próprio de arruaceiros, assim as oposições esforçavam-se para dar conta dos conflitos que surgiam.”¹¹⁰

Para os liberais, o movimento pró-Vargas significava uma espécie de lavagem cerebral elaborada a partir da aplicação das técnicas de propaganda de massa desenvolvidas pelo DIP sobre uma população pobre e ignorante, mas para os setores sociais mais baixos ele tinha uma explicação mais próxima de suas realidades. O temor de perder os benefícios da legislação social trabalhista, com a saída de Vargas da presidência e entrada do grupo ligado a Gomes, motivou os trabalhadores a se manifestar em favor da manutenção do governo. Inicialmente o

¹⁰⁸ CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? Op. cit., p. 139.

¹⁰⁹ FERREIRA, Jorge. A democratização de 1945 e o movimento queremista. Op. cit., p. 16-17.

¹¹⁰ Idem, p. 17-18.

movimento foi ganhando um contorno político mais elaborado com a fundação do “Comitê Pró-Candidatura Getúlio Vargas” no Distrito federal. A partir daí, populares e trabalhadores passaram a tentar impedir as manifestações públicas da UDN em favor de seu candidato. Além disso, articularam uma campanha de adesão nacional com fins de levar o país a uma “Constituinte com Getúlio”.¹¹¹

Contudo, o crescimento do movimento trouxe também um aumento do temor dos grupos conservadores e aos militares, principalmente pela associação de Vargas com o PCB de Prestes, que o apoiava na convocação de uma Constituinte.¹¹² Os rumores de um acordo entre ambos os líderes, somados à realização do “dia V” – uma grande manifestação de nível nacional em favor do presidente –, ocasionaram o golpe militar que buscou garantir as eleições e tirar Vargas do poder. Deposto em 29 de outubro de 1945, o ex-presidente se retirou para São Borja¹¹³. Chegava ao fim o Estado Novo e estava garantida a realização das eleições para a escolha um sucessor. Para a frustração dos liberais a eleição não foi vencida por Eduardo Gomes, mas sim pelo Ministro da Guerra de Vargas, Eurico Gaspar Dutra, do Partido Social Democrático, com 55% dos votos contra 35,74 do Brigadeiro.¹¹⁴ O apoio de Vargas à campanha de Dutra serviu como o último ato do ex-presidente no contexto de transição.

¹¹¹ Idem, p. 27.

¹¹² Idem, p.38.

¹¹³ CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? Op. cit., p. 139.

¹¹⁴ FERREIRA, Jorge. A democratização de 1945 e o movimento queremista. Op. cit., p. 42.

Conclusão

As cisões ocorridas após a Revolução de 30 foram fundamentais para o adensamento das oposições em torno de um partido inspirado nos liberais. Sendo difícil desassociar os marcos fundacionais da UDN às características de membros históricos como Virgílio de Melo Franco, que através de sua biografia política demonstrou ser um liberal “tolerante” ou “incoerente”. Essa afirmação é acompanhada pela sua constante mudança de lado, seja em favor de Vargas e do tenentismo ou contra lideranças apoiadas pelo presidente.

Com a perda de sua influência e impossibilidade de ascensão diante de políticos mais próximos de Vargas, ele realmente se posicionou contra o governo. Entretanto, percebemos que Virgílio se manteve em um cargo indicado pelo Executivo varguista até dezembro de 1943. Esse pragmatismo mostrou um discurso contraditório de valorização do moralismo dos liberais em oposição ao fisiologismo praticado por suas lideranças. Contudo, o político parece muito mais ligado à conquista do “poder pelo poder” do que à defesa de uma ideologia de fato democrática.

O Manifesto dos Mineiros, como documento de caráter liberal, dialogou com definições de um ideal democrático que esse grupo defendia, assim como demonstrou que o sucesso e o desenvolvimento econômicos de um país não estavam subordinados a uma estrutura autoritária e repressora. Contudo, o Manifesto parece mais relacionado ao desejo de seus signatários de voltar à função de atores políticos com capacidade de influência nos destinos do país.

No período anterior à entrada do país no conflito mundial, a eficiência dos órgãos de repressão e censura basicamente impediu a ação dos adversários do regime, tanto dos liberais quanto da opinião pública crítica da ausência de direitos políticos. Apesar do autoritarismo, diversos grupos se mantiveram favoráveis aos benefícios sociais e ao crescimento econômico trazidos pelo regime. O controle e a subordinação das oposições ao projeto intervencionista e autoritário não foram de fato efetivos, uma vez que os derrotados em 1930 e, posteriormente em 1937, voltaram a se manifestar a partir de 1942.

O caso emblemático da entrevista de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, à revista **Diretrizes**, na edição de 30 de abril de 1942, demonstrou o afrouxamento do governo perante seus adversários. Na ocasião, o ex-presidente de Minas Gerais deixou clara a sua vontade de

ver o país novamente como uma democracia e de derrotar Vargas, seu antigo aliado. A associação histórica de Antônio Carlos com o apoio aos EUA não parece carregar um peso tão grande quanto o de um político ressentido por ter sido aliado de sua posição de ator principal do cenário político mineiro e nacional até os anos de 1930.

A despeito da importância dessa entrevista para a reação liberal ao Estado Novo, Antônio Carlos nem participou da confecção e nem assinou o Manifesto dos Mineiros. Também não se filiou a UDN quando de sua criação três anos depois. Nascido em 1870, estava com 75 anos quando da fundação da UDN e sabia das suas poucas chances de se tornar um ator político de projeção dentro do partido. Além disso, as principais lideranças que articularam o partido eram tradicionais adversárias de Antônio Carlos na política mineira – Virgílio de Melo Franco e Pedro Aleixo. A presença de grupos da Esquerda Democrática e da Vanguarda Socialista e o caráter de frente partidária da UDN podem não ter pactuado com o ideal de representação política defendido por Andrada, que faleceu em janeiro de 1946.¹¹⁵

Virgílio de Melo Franco, nascido em 1897, estava com 48 anos quando da fundação da UDN, contava com experiência política e, ao contrário de Antônio Carlos, com vitalidade para participar da construção do projeto político brasileiro após o Estado Novo. Melo Franco foi membro do primeiro Diretório Nacional do partido, manteve contatos com outros opositores de Vargas, inclusive com Luis Carlos Prestes. Na convenção partidária de junho de 1945, foi designado secretário-geral da UDN. Trabalhou intensamente na campanha do brigadeiro Eduardo Gomes à presidência e sua liderança no partido se enfraqueceu com a derrota da UDN, de frente à vitória do Partido Social Democrático e do Partido Trabalhista Brasileiro, correligionários de Vargas.¹¹⁶

Contudo, as diferentes ambições e aspirações desses políticos relacionados à criação da UDN não os desqualificam da posição de liberais no período em questão. Isso se dá pela definição já apresentada de defensores das liberdades políticas e da democracia,

¹¹⁵ BELOCH, Israel; ABREU, Alzira Alves de (orgs.). **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930**. 2. Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001, v. 1, p. 1123.

¹¹⁶ Melo Franco não foi favorável à participação udenista no governo Dutra e, após as indicações de Raul Fernandes e Clemente Mariani para ocupar o ministério das Relações Exteriores e o da Educação e Saúde, renunciou ao cargo de secretário-geral do partido. Com a vitória do udenista Milton Campos para o executivo de Minas Gerais, Melo Franco novamente alimentou expectativas de ser convidado para participar de seu governo, o que não aconteceu. Pouco antes de seu falecimento, em outubro de 1948, fundou o semanário **Política e Letras**. Ver BELOCH, Israel; ABREU, Alzira Alves de (orgs.). **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930**. 2. Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001, v. 2, p. 2349-2350.

diferentemente daqueles que haviam sido mantidos no poder após o golpe do Estado Novo, que em sua maioria continuaram apoiando o autoritarismo e o intervencionismo.

A intrínseca relação entre fisiologismo e defesa de ideias, percebidas no projeto desses liberais, não influenciou negativamente em suas participações no processo de redemocratização. A tentativa de se aglutinar em torno de uma frente heterogênea anti-Vargas demonstra suas reais intenções, apesar do histórico contraditório que carregavam até assumir essa posição.

Finalmente, não é possível compreender o Estado Novo e suas características como uma constante e uma crescente defesa das teses autoritárias e intervencionistas desde a Revolução de 30 até novembro de 1937, mas como uma das possibilidades, como já mencionado por Dulce Pandolfi. A presença desses diversos grupos desde o momento da Revolução comprovou a atuação dos defensores do federalismo, da democracia eleitoral e do liberalismo, mesmo que excludente. Também foram importantes na construção e no fim do Estado Novo, bem como na vida política brasileira das décadas seguintes. A UDN e seus organizadores, ademais, conquistaram representativos grupos sociais no país após o Estado Novo e até mesmo depois da morte de Vargas. O partido foi consolidado na condição de oposição, e fez o que estava em suas mãos para chegar ao poder.

O apoio de importantes grupos políticos ao projeto varguista significou que, mesmo com o uso da repressão e da censura, as concepções de centralismo, direitos sociais e intervencionismo econômico atenderam às aspirações da boa parte sociedade brasileira naquele contexto histórico dos anos entre 1937 e 1945. Entretanto, percebemos que os defensores do liberalismo, da descentralização e, por fim, da democracia representativa, não foram eliminados. Foram marginalizados. Durante a fase de consolidação do Estado Novo tiveram que se retirar do cenário político. E algumas lideranças mantiveram suas ideias, outras agregaram novos valores ao seu ideário.¹¹⁷

¹¹⁷ BERSTEIN, Serge. Culturas políticas e historiografia. In AZEVEDO, Cecília e outros (org.). **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p. 40.

Fontes

Diretrizes, n. 1, abr. 1938. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/diretrizes-politica-economia-e-cultura/163880>. Acesso em: 22 de out. 2013.

Diretrizes, n. 96, abr. 1942. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/diretrizes-politica-economia-e-cultura/163880>. Acesso em: 22 de out. 2013.

Manifesto dos Mineiros. Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/>. Acesso em: 22 de out. 2013.

Referências Bibliográficas

BERSTEIN, Serge. Culturas políticas e historiografia. In AZEVEDO, Cecília e outros (org.). **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p. 29-46.

BELOCH, Israel; ABREU, Alzira Alves de (orgs.). **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930**. Rio de Janeiro: FGV, 1984, v. 1, p. 635-645.

BELOCH, Israel; ABREU, Alzira Alves de (orgs.). **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930**. Rio de Janeiro: FGV, 1984, v. 2, p. 1358-1364.

BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.

BOMENY, Helena Maria Bousquet. Minas Gerais e a abertura política dos anos 30. In: GOMES, Angela de Castro. **Regionalismo e centralização política: partidos e Constituinte dos anos 30**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, p. 133-235.

CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 109-143.

CAPELATO, Maria Helena. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. In: PANDOLFI, Dulce (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 167-178.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. O Estado Novo, O Dops e a ideologia da segurança nacional. In: PANDOLFI, Dulce (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 327-339.

D'ARAÚJO, Maria Celina. Estado, classe trabalhadora e políticas sociais. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 215-239.

GOMES, Angela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

GOMES, Angela de Castro. Introdução. In GOMES, Angela de Castro (org.). **Regionalismo e centralização política: partidos e Constituinte dos anos 30**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, p. 23-39.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 129-154.

FERREIRA, Jorge. A democratização de 1945 e o movimento queremista. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 15-45.

LIRA NETO. **Getúlio: Do governo provisório à ditadura do Estado Novo (1930-1945)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

MAIO, Marcos Chor; CYTRYNOWICZ, Roney. Ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 41-61.

OLIVEIRA, Ione. Governo Olegário Maciel: Minas Gerais (1930-1933). Brasília, PPGHIS-UnB, 1988, [Dissertação de mestrado em História].

PAIM, Antônio. **História do liberalismo brasileiro**. São Paulo: Mandarim, 1998.

PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 15-37.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. **A democracia interrompida**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

VELLOSO, Monica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 147-179.

VIANNA, Luiz Werneck. O Estado Novo e a “ampliação” autoritária da República. In: CARVALHO, Maria Alice Rezende de (org.). **República no Catete**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001, p. 111-153.

VIANNA, Marly de Almeida. O PCB, a ANL e as insurreições de novembro de 1935. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 65-105.

Declaração de Autenticidade

Eu, Lucas Maia Felipe Bacas, declaro para todos os efeitos que o trabalho de conclusão de curso intitulado **Os liberais e as oposições na Era Vargas (1930-1945)** foi integralmente por mim redigido, e que assinalei devidamente todas as referências a textos, ideias e interpretações de outros autores. Declaro ainda que o trabalho é inédito e nunca foi apresentado a outro departamento e/ou universidade para fins de obtenção de grau acadêmico, nem foi publicado integralmente em qualquer idioma ou formato.

Brasília, 08 de dezembro de 2013.

Lucas Maia Felipe Bacas